

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA COM DIREÇÃO E PRESIDÊNCIA DO INSS



Data: quinta-feira, 14 de novembro de 2014

Local: gabinete do presidente do INSS, Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF

Presentes

Governo

Lindolfo Neto de Oliveira Sales, presidente do INSS; Cinara Wagner Fredo, diretora de Benefício (Dirben); Jose Nunes Filho, diretor de Gestão de Pessoas (DGP), Doris Terezinha Loff Ferreira Leite, diretora-substituta de Saúde do Trabalhador, Cleo de Souza Santos, diretora-substituta de Atendimento (Dirsat); Sueli Aparecida Carvalho Romero, Auditoria-geral do INSS; Alessandro Antonio Stefanutto, procurador-chefe do INSS; Rodrigo Guimarães Jardim, coordenador-geral de Administração das Procuradorias do INSS; Francisco Antonio de Souza Filho, coordenador de Gerenciamento de Sistema de Benefícios do INSS; Vladimir (Dirben) e Helena Maria, chefe de Gabinete.

FENASPS

Moacir Lopes (PR), Jose Campos Ferreira (RS), Rita de Cassia Assis Bueno (SP), Luciano W. Veras (SC), Eduardo Aparecido Franco (SP), Julio Nicácio (RN), Djalter Felismino (RN) e Deise Lúcia (SP).

O presidente do INSS abriu a reunião informando que estava atendendo a solicitação das entidades para tratar das questões referentes à Instrução Normativa (IN) nº 74 e outros pontos de pauta.

Os representantes da FENASPS expuseram aos presentes os problemas analisados pelos servidores sobre os ataques previstos na IN 74 e cobraram porque não foi revogada ou suspensa conforme havia ficado acordado na audiência anterior realizada em 14 de outubro de 2014.

Destacaram que além da mudança de interpretação legal da IN 74, permitindo cobrança administrativa e trazendo total insegurança ao ambiente de trabalho, pois autoriza ao Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB) a cobrança prévia, mesmo que as discussões processuais prossigam até as últimas instâncias dos tribunais superiores.

Nas assembleias realizadas em todo o país, os trabalhadores não aceitam a implantação de novos procedimentos que aumentem as pressões sob os servidores sem haver mudanças imediatas nos procedimentos e serviços, como implantar um sistema de revisão, mudanças nos indicadores do Turno Estendido e alteração imediata nos procedimentos de atendimento por tempo.

Porque hoje os servidores atendem mais de 5 milhões de segurados agendados pelo *call center* 135, outros 10 milhões pelo atendimento espontâneo e conforme consta no relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União, os servidores do INSS concedem anualmente seis milhões e trinta e sete mil (6.037.000) benefícios anualmente. E, segundo o IBGE, hoje já existem mais de 78 milhões de brasileiros inscritos no Sistema Previdenciário, todos cidadãos de direitos que vão procurar atendimento nas Agências da Previdência Social (APS).

A Fenasps considera, portanto, inaceitável que a Direção do INSS não tome nenhuma medida para melhorar as condições de trabalho, não construir um processo seguro para os servidores poderem exercer suas atribuições sem estarem sujeitos ao risco de perderem todo seu patrimônio.

O presidente do INSS disse que havia se comprometido a fazer o debate sobre a IN 74 e que poderia compor grupos de trabalho para tratar das questões afetas aos problemas do INSS. Porém, Lindolfo não se comprometeu com nenhuma medida imediata para minorar o problema, como autorizar que as APS possam fechar um dia por mês para que os servidores discutam a legislação, autorizar que os servidores possam fazer reanálise ou concessão de benefícios pelo período de uma hora diária e ou um dia por semana e ou criar um sistema de revisão, para revisar todos os processos concedidos, em processo de concessão. E, considerando, ser esta instrução normativa controversa, seria importante que fosse colocada em consulta pública para análise e posicionamento da categoria.



Em seguida houve um grande debate sobre as demandas e problemas envolvendo o processo de trabalho, a IN 74 e demais questões apresentadas. Como as questões se desdobraram e não houve acordo sobre qual seria os encaminhamentos, as entidades e os integrantes do governo se reuniram separadamente para tentar buscar acordo e na sequência foi então apresentada pelas entidades reivindicação para que o governo responda por escrito às reivindicações entregues no documento abaixo-assinado pelos servidores e oportunamente realizar nova reunião na busca de solução aos problemas existentes no INSS.

A FENASPS cobrou ainda a imediata realização de concurso público para repor o quadro de pessoal e o pagamento retroativo do adicional de insalubridade.

Em relação a concurso público, o diretor de Gestão de Pessoas informou que a DGP está aguardando autorização do Ministério do Planejamento sobre a Nota Técnica que requereu a realização do concurso.

Sobre insalubridade, o parecer do INSS concordando com a concessão do adicional está na CONJUR do Ministério do Planejamento para dar retorno. Se a posição for contrária, quem deverá definir a questão será a Advocacia Geral da União (AGU).

Finalizando a reunião, a Fenasps informou que está aguardando posicionamento do INSS sobre as reivindicações para encaminhar ao debate na categoria.

Brasília, 17 de novembro de 2014

Diretoria Colegiada/FENASPS